

INFLAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CUSTOS SOCIAIS

INFLATION, ECONOMIC DEVELOPMENT AND SOCIAL COSTS

Francisco Assis de Oliveira¹

RESUMO

Este artigo discute alguns modelos que tentaram e tentam identificar as causas e o modo de combate a inflação, não há defesa de um modelo individualmente como o único, mesmo porque, tanto modelos de inspiração ortodoxa quanto de inspiração heterodoxa, estiveram presentes na formulação dos planos de estabilização da década de oitenta e não solucionaram os problemas inflacionários.

PALAVRAS-CHAVE: Inflação; Modelos; Desenvolvimento; Custos Sociais; Brasil.

ABSTRACT

This article discusses some models that had tried and still trying to identify the causes and how to combat inflation, there is no defense for an individual model as the only, even because, both inspiring models of orthodox and unorthodox inspiration were present in the creation of stabilization plans from the eighties and no of them solved the inflation problems.

Keywords: Inflation; Models; Development; Social Costs; Brazil.

1 – INTRODUÇÃO

Deve-se registrar que a depressão e a forte inflação beneficiam o desenvolvimento de atividades propriamente especulativas e inibem a reestruturação do aparelho econômico. Com a ameaça de hiperinflação, os preços relativos perdem a lógica e a crise fiscal se acentua.

A crise se agrava e tende a se auto-realimentar. Na maior parte dos casos, ocasiona grandes custos sociais, o poder de compra é bastante reduzido e as disparidades sociais expandidas. A retirada do Estado não parece solucionar o problema, uma vez que, com a ampliação da crise, seu papel se torna essencial, ainda que tenha de mudar de forma.

Diante dessas condições formula-se este artigo, discutindo alguns modelos que tentaram e tentam identificar as causas e o modo de combate a inflação, não há defesa de um modelo individualmente como o único, mesmo

¹ Especialista em Gestão de Agravos pela Universidade Federal de São Carlos, graduado em Economia pelo Centro Universitário Newton Paiva. Professor do Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5476479977576612>.

porque, tanto modelos de inspiração ortodoxa quanto de inspiração heterodoxa, estiveram presentes na formulação dos planos de estabilização da década de oitenta e não solucionaram os problemas inflacionários.

Portanto, a escolha de um modelo não levará à exclusão de outros, pois a continuidade e o aprofundamento do processo de democratização não pode se tornar ameaçado pelo uso de um único modelo, o que acaba favorecendo o aparecimento de formas de dominação política garantindo a democracia apenas para certas camadas da população e o autoritarismo para outras.

2 – NOÇÕES FUNDAMENTAIS

A inflação, definida em termos gerais como uma alta contínua e disseminada dos preços ao longo de um determinado período de tempo (Singer, 1990 p. 55), quer seja oriunda de problemas monetários, fiscais ou de fenômenos estruturais, tornou-se um elemento característico das economias mundiais e também um dos fenômenos mais perversos, pois provoca uma redistribuição de renda das mais injustas. A inflação proporciona a retirada de renda dos grupos sociais com menor poder de barganha para os de maior capacidade de negociação, atingindo a capacidade de crescimento e desenvolvimento do país, distorcendo toda a estrutura de preços relativos dentro de uma economia, afetando assim a alocação dos recursos.

Pensando em economias capitalistas em desenvolvimento, como a brasileira, com suas inúmeras indústrias, instituições, prestadores de serviços, obrigam a buscar causas gerais sobre o processo inflacionário, ou seja, causas macroeconômicas que possam atingir a economia como um todo e explicar este complexo processo que impede o crescimento e desenvolvimento econômico.

Um dos problemas nesse será a multiplicidade de causas que encontramos: na literatura econômica há uma falta de unanimidade entre as diversas linhas de pensamento que procuram explicar o processo inflacionário. As escolas do pensamento econômico aceitam a definição apresentada - *alta contínua e disseminada de preços ao longo de um determinado período de tempo* - como

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número II Jul-dez 2010	Trabalho 04 Páginas 53-76
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

satisfatório. O problema está na maneira de interpretar: o porquê do aumento generalizado dos preços; porquê esse aumento se perpetua durante grandes períodos; o porquê após a queda da inflação o país não se desenvolve economicamente e principalmente os métodos utilizados para combater estes aumentos generalizados de preços.

Em uma primeira análise, pode-se encontrar várias causas para a inflação. Problemas estruturais, taxas de juros, correção monetária, poder dos monopólios e oligopólios, déficit governamental, desarranjo da ordem econômica mundial, importação de produtos industrializados, custos, demanda, emissão monetária, indexação da economia, dolarização, entre inúmeras outras causas.

Cabe agora a classificação do que realmente pode ser considerado como causa direta da inflação e o que, na verdade, são causas indiretas ou conseqüências do problema inflacionário.

Diante da enormidade de causas diretas e indiretas e a certeza de que a inflação brasileira não tem uma causa única, pois o sistema econômico é interligado e seus componentes sofrem influências múltiplas, próprias da dinâmica do capitalismo, motivador de uma contínua necessidade de novas contribuições teóricas e do aperfeiçoamento das teorias já existentes, far-se á uma breve análise, para melhor compreensão do processo inflacionário.

3 – CONSIDERAÇÕES SOBRE INFLAÇÃO

Existem várias teorias que explicam o processo inflacionário. Muitas compartilham de princípios semelhantes e outras são totalmente distintas, o que permite a utilização de conceitos diversos para compreender esse processo. Portanto, aqui destacarão os modelos necessários para o seu entendimento, o que não quer dizer que sejam estes os únicos existentes.

Inicialmente, destacar-se-ão os modelos, Monetarista e Estruturalista, divergentes tanto na definição da origem quanto nas medidas a serem adotadas no combate do processo inflacionário. Em seqüência, o modelo Institucionalista, pregando um pacto social comandado pelo governo como solução para inflação, e o

Inercialista enfatizando a indexação como causa principal da inflação, encerrado com o pensamento independente de Ignácio Rangel diagnóstico do processo inflacionário brasileiro.

3.1 – Modelo Monetarista

As diversas correntes neoclássicas (entre elas a monetarista) percebem a inflação como um fenômeno monetário, alicerçadas na teoria quantitativa da moeda, onde qualquer expansão monetária é inflacionária. Isto porque o mercado opera em concorrência perfeita e o consumidor é um agente que maximiza sua utilidade com sua cesta de preferência. Os agentes que atuam neste mercado entram e saem a qualquer momento, ou seja, princípio da mobilidade, portanto sempre com a mesma quantidade de utilidade (considerando a idéia de equilíbrio da economia, pois os fatores de produção estão sendo empregados em sua plena capacidade e a economia neste caso tende ao pleno emprego e o nível de renda é constante). A produção é homogênea e constante (produtos uniformes não há inovação que dê um diferencial ao produto no mercado) e a demanda é rígida, considerando estes dados e ainda que a tecnologia estática, o tempo, é irrelevante.

Portanto, na condição de concorrência perfeita, a oferta cria sua própria demanda, ajustando produção de valor com comportamento maximizado dos agentes, sendo o próprio mercado quem define a conduta dos agentes individualmente. As empresas são tomadoras de preços, pois o mercado atua em concorrência perfeita e qualquer interferência do Estado na economia trará danos ao sistema.

É importante lembrar que outras estruturas de mercado, como monopólio e oligopólio, são vistas como falhas de mercado e a estrutura de mercado que prevalece é de concorrência perfeita, ou seja, a oferta e a demanda é que regulam os níveis de preços e salários. Os agentes econômicos são considerados racionais e suas expectativas em relação ao futuro podem ser perfeitamente associadas às séries probabilísticas, por terem acesso incondicional às informações existentes no

mercado, não apresentando assim erros sistemáticos no levantamento “*ex ante*” acerca das previsões quanto ao futuro.

A moeda neste modelo é neutra no longo prazo, não afetando as variáveis reais da economia (emprego e renda), apenas o nível de preços, exercendo, principalmente, a função de meio de troca.

Para esta corrente, a inflação é decorrente do processo de emissão monetária, ou seja, expansão excessiva de moeda e de crédito, devido aos déficits públicos, o que aumenta a demanda e força à alta de preços. Sendo assim, para combater a inflação, deve-se estancar a emissão de moeda, o combate à inflação se dando pela eliminação das causas da expansão da moeda, déficit do governo incluindo neste o déficit das estatais e expansão de crédito ao setor privado. O combate pode ser intenso e rápido, nesse caso tratamento de choque, ou moderado e temporário, tratamento gradualista. Em qualquer caso, o resultado será sempre recessivo, com conseqüências muitas vezes catastróficas como falências, desemprego. Como a livre competição pelos preços é considerada regra geral dos mercados para os monetaristas, a conclusão a que esta corrente chega é que, se as pessoas e as empresas, não tiverem dinheiro para gastar, os preços terão que, necessariamente, baixar; por isso não há outra opção a não ser a recessão ou a asfixia econômica. (Mattos, 1987, p. 118).

Para o controle da inflação são usados os métodos convencionais, ou seja, o uso de políticas monetária e fiscal.

Políticas Monetárias: o governo abre mão de todo o controle sobre os preços como, salários, câmbio e juros e exerce um rígido controle sobre a moeda, de três maneiras:

- Depósitos compulsórios: os bancos são obrigados a recolher ao Banco Central uma porcentagem dos depósitos feitos pelos seus clientes;
- Redesconto bancário: quando o Banco Central empresta sob garantia dos bancos cobrando uma determinada taxa de juros;
- *Open-market:* operações em que o governo vende ou compra títulos da dívida pública em mercado aberto, retirando ou inserindo moeda em circulação.

Políticas Fiscais: basicamente, aumento dos impostos para reduzir a produção e redução dos gastos públicos, o que normalmente é conseguido através da diminuição ou paralisação das obras públicas, dispensa de funcionários públicos e outros cortes em gastos normalmente produtivos, pois gastos com juros, tanto da dívida interna quanto da dívida externa, não têm como serem reduzidos simplesmente pela vontade do governo, uma vez que as dívidas já foram contraídas e o máximo que o governo pode fazer é a rolagem ou renegociação desses compromissos.

3.2 - Modelo Estruturalista

É uma evolução do Keynesianismo, tendo sua origem ao longo da década de 50 na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), com o intuito de entender o processo inflacionário nos países latinos - americanos e também como crítica às políticas ortodoxas.

O modelo macroeconômico Keynesiano, ao contrário do Modelo Monetarista, defende a intervenção do governo na economia via redução de impostos ou pelo aumento dos gastos do governo em setores produtivos da economia, garantindo aumento de renda e redução do desemprego, aumentando, assim, a demanda agregada que, por sua vez, vai determinar o produto desta economia. Para Keynes (1936), o Capitalismo deve ser submetido à sociedade através de uma intervenção estatal permanente.

Keynes (1936) afirma que o Modelo Macroeconômico Clássico só seria válido para análise de casos onde houvesse flexibilidade plena de preços e salários, total acesso à informação e racionalidade absoluta dos agentes econômicos, o que não representaria a realidade do mundo capitalista. Caso contrário, a intervenção do Estado se faz necessária através do controle social do investimento, que pode ocorrer através de duas estratégias:

- pelo lado das receitas: a tributação direta (que permite a retenção de parte da renda da fração da sociedade com maior poder aquisitivo), permitindo a

“eutanásia dos rendistas” (os que vivem da renda sem contribuir para a geração de emprego);

- pelo lado das despesas: o Estado atuaria no sentido de agir contra ciclos recessivos e depressivos, diminuindo a duração destes.

No entanto, para que esta intervenção se mostre eficaz, o governo tem que deter informações necessárias quanto ao mercado, para se organizar e intervir de maneira a desempenhar seu papel institucional adequado.

Keynes (1936) critica ainda o pressuposto neoclássico de que o desemprego só pode ser voluntário ou friccional, contrapondo essa perspectiva com a idéia de que o desemprego, na sociedade em que vivemos, é nitidamente involuntário, segundo sua crítica dirigida à “Lei de Say”² através do “Princípio da Demanda Efetiva”³.

Keynes demonstra que o desemprego involuntário está associado às decisões autônomas das empresas capitalistas em reduzirem, no curto prazo, a produção corrente (decisões atreladas às expectativas de curto prazo) e protelarem, no longo prazo, a realização de investimentos (associados às expectativas de longo prazo). Nesse sentido, não existe no pensamento Keynesiano qualquer tentativa correlacionada de rigidez dos salários nominais.

O princípio da demanda efetiva está associado ao comportamento empresarial diante da incerteza, pois o empresário só concretizará maximização de lucro mediante a venda de seus produtos ou serviços e/ou através da ampliação do estoque de capital. A venda de um produto ou de um serviço é atrelada a expectativas de curto prazo, mas a ampliação do estoque de capital decorre de um grau mais significativo de incerteza, o que remete a uma nova possibilidade lógica, ou seja, as decisões de investimento podem deixar de ser realizadas em função da atratividade trazida pelos ativos não-produtivos ou financeiros, diante do aumento da incerteza e ainda pela preferência pela liquidez.

² Lei de Say (economista francês Jean Batptiste Say), a oferta cria a sua própria procura, ou seja, supunha que todo o que era produzido era vendido.

³ Princípio da Demanda Efetiva segundo Keynes: o nível de produto e de emprego é determinado pela demanda agregada da economia (demanda dos consumidores, das firmas, do governo e demanda externa) por bens e serviços.

Quando se defende o investimento no setor produtivo para que possa existir crescimento e desenvolvimento econômico é porque se pensa em um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo tanto nas relações econômicas como sociais e políticas. Keynes (1936) afirma que investimentos produtivos geram benefícios que garantem o desenvolvimento sustentado a partir do momento em que o reinvestimento se torna uma condição de sobrevivência para as empresas. Nesta perspectiva, o padrão de vida começa a aumentar de forma automática, autônoma e necessária.

Podem se considerar, com uma diferenciação básica ao modelo monetarista, o papel da moeda dentro de uma economia, para Keynes (1936), a moeda não é neutra nem no curto nem no longo prazo, uma vez que, com o fim do padrão “ouro-dolar”, a moeda então perderia seu lastro. A sociedade forneceu à moeda uma validação social ou poder fiduciário, como equivalente geral. A partir deste momento, a moeda passa a ser vista como uma instituição, o que afetará as variáveis econômicas reais da economia – emprego e renda. Isto porque em um ambiente econômico incerto a moeda é demandada, principalmente, por ser o ativo mais líquido e como ela faz o elo entre presente e o futuro, sua função principal é de transportar valor no tempo, ou seja, reserva de valor.

Com o auxílio da visão do modelo Keynesiano pode-se melhor compreender o modelo estruturalista, que explica a inflação como resultado de fortes resistências ao desenvolvimento econômico, resistências estas que geram variações dos preços relativos provocando conflitos de distribuição de renda dentro da sociedade. A expansão monetária, tão cara aos monetaristas, então se torna simplesmente a resposta do Banco Central a elevação de preços de origem estrutural, sendo que, nesta análise, a expansão da moeda é conseqüência e não causa da inflação. A causa está nos chamados “estrangulamentos”.

Latifúndios - grandes latifúndios são usados para fins de especulação imobiliária e não para produzirem alimentos. A solução é a reforma agrária e modernização da produção, com forte apoio governamental à infra-estrutura de irrigação, armazenamento, transporte.

Déficits permanentes no balanço de pagamento - consequência da concentração das exportações em poucos produtos, principalmente produtos primários e agrícolas (café, soja, minério).

De acordo com as palavras de Prebisch (1950, p11, in Bielshowsky, 1995).

É obvio que não haveria desequilíbrio se, quando a renda nacional de um país crescer a uma taxa maior do que sua população, as exportações fizessem o mesmo. No entanto, esta não é a experiência geral dos países latino-americanos durante os últimos 25 anos. Torna-se agora fácil entender a razão para certas tendências ao desequilíbrio crônico do balanço de pagamentos, observando em alguns daqueles países que estão ansiosos por elevar a produtividade e o nível de vida da população. É verdade que a inflação é parcialmente, e muitas vezes predominantemente, responsável por isso; para chegar à verdade, o fenômeno orgânico circunstancial da inflação. Na medida em que o coeficiente de importação permanece de uma ou outra forma desajustado – quando a renda total se eleva a uma taxa superior às exportações e quando nenhum investimento estrangeiro é feito para cobrir o tempo necessário para que o reajustamento ocorra- a tendência ao desequilíbrio será constante e inevitavelmente trará consequências monetárias, haja ou não inflação.

O desequilíbrio estrutural das transações externas impede a continuidade de políticas de crescimento econômico, basicamente porque os países subdesenvolvidos apresentam alta elasticidade-renda para importação de bens duráveis; já os países desenvolvidos apresentam baixa elasticidade-renda para importação de produtos primários. Pressões inflacionárias surgirão com o financiamento do déficit das transações através do ingresso de divisas.

Normalmente a substituição de importações torna o caminho mais rápido para cobrir o déficit. O problema é que este tipo de política nem sempre diminuirá a vinculação com as importações, pois passará a ter que importar bens como matérias-primas industriais, máquinas, equipamentos e outros bem de capital.

Outro ponto a observar é a implementação de políticas de substituição de importações que condicionam o governo a adotar medidas protecionistas conduzidas, às vezes, a indústrias ineficientes, com baixo índice de produtividade e preços altos, além da possibilidade da formação de oligopólios, que na procura pelo lucro podem causar um processo inflacionário.

Escassez de insumos básicos - insumos como petróleo, tecnologia de ponta etc... e conseqüentemente, a dependência aos países possuidores destes recursos.

Falta de mão-de-obra qualificada - conseqüência da carência de escolas de boa qualidade e em quantidade suficiente para o atendimento da maior parte da população.

Todos esses problemas, segundo os heterodoxos, são oriundos das arcaicas estruturas vigentes, ou seja, da estrutura de produção que resultou no período de crescimento acelerado e sem estrutura para sustentar o *milagre econômico*⁴. Neste período Singer (1990 p. 55) observa que houve um crescimento nunca experimentado pela economia brasileira na produção de automóveis e bens duráveis (geladeira, aparelho de tv, ar condicionado e eletrônicos em geral) sem que tenha havido um aumento proporcional na produção de matérias primas como aço, alumínio, cobre, materiais plásticos e nem de equipamentos como máquinas e motores. As grandes cidades não estavam preparadas para receberem os novos veículos que naquela época eram produzidos em alta escala. Com isso, grandes obras públicas tiveram que ser realizadas sem grande tempo para planejamento e com elevados custos como viadutos, elevados, pontes etc...

As cidades, principalmente as metrópoles, acabaram por receber as grandes massas de trabalhadores que a dilatação industrial atraiu e, para acomodar tanta gente, surgiram vilas, favelas, cortiços e cidades dormitórios ao redor das grandes cidades, onde os recursos como telefone, escolas, assistência médica, segurança, não estão disponíveis.

A agricultura também sentiu as conseqüências do planejamento destinado ao crescimento e não desenvolvimento, defrontando a agricultura com uma demanda tanto interna como externa crescentes, sendo obrigada a expandir para novas áreas como centro-oeste e norte. Sem a realização de uma reforma agrária proliferaram os latifúndios, que utilizando mão de obra (*bóias-frias*) expropriada da terra, permite o uso desta para especulação e exploração de mão-de-obra.

⁴ Período 1968-1973 (Governos Costa e Silva e Médici, e com o Ministro da fazenda Antonio Delfim Netto) Caracterizou-se pelas maiores taxas de crescimento do produto brasileiro e relativa estabilidade de preços.

O crescimento experimentado durante o milagre econômico significou uma ampla multiplicação dos pontos de estrangulamento, provocando inflação há mais de duas décadas. O problema não está no crescimento econômico, mas no modo em que ele se processou: crescimento sem fornecimento de infra-estrutura e sem pensar no custo do endividamento interno e externo.

Segundo Singer (1990), a inflação, no fundo, decorre da anarquia da produção que é a inevitável consequência da liberdade de iniciativa, traço essencial do capitalismo.

As exportações de bens primários, assim como a oferta de alimentos e de serviços de infra-estrutura, estavam relativamente estagnadas, quando comparadas aos novos setores urbano-industriais, não se expandindo em larga escala devido ao crescimento em ritmo lento na demanda internacional e a rigidez da oferta de alimentos, agravada pela insuficiência dos serviços de utilidade pública. Estas distorções fizeram com que a economia brasileira nos últimos vinte anos conviva-se com um dilema político entre um crescimento rápido, mas com desequilíbrio ou, uma situação de quase estagnação, em que as forças do crescimento são obstruídas pelas deficiências estruturais do sistema econômico. O planejamento público foi substituído a partir de 1980 por programas de estabilização econômica e mais recentemente por programas de desestatização que “esconderam” a inflação mais do que a extirparam.

Outro problema é a distribuição desigual da renda como desestabilizador dos preços. A luta das diversas classes sociais para sustentar sua participação na renda provoca pressões inflacionárias. Em outras palavras, os assalariados buscam o aumento de seu poder aquisitivo que se for alcançado, incorrerá em aumento de custo para as empresas que elevarão os preços para não sofrerem diminuição nos lucros. O aumento de custo poderá desencadear um processo de contenção de despesas, acarretando demissões de funcionários, para sustentar o novo patamar de preços. Portanto, a existência de distribuição rígida e desigual da renda incorrerá em pressões inflacionárias.

A maneira para combater ou mesmo evitar a inflação, então, é alterar as condições estruturais que provocam os aumentos de preços através do crescimento

econômico contínuo e planejado, pois políticas creditícias e fiscais não só seriam ineficientes no combate à inflação como também, ao causarem recessão, criariam um fator alimentador da inflação, ou seja, a inflação pode até se manter em patamares baixos durante a implementação de políticas recessiva, mas, tão logo o crescimento é retomado, a inflação volta a se manifestar, o que, para esta análise, reforça as tendências de a inflação brasileira ter origem estrutural.

Com relação ao setor externo, problemas causados pelos desequilíbrios serão resolvidos na medida em que o sistema econômico vier a se tornar mais independente de importações, através de um grande esforço para industrialização de todos os setores da economia, ao contrário do que observamos na década de 90: direcionamento do fluxo de capital estrangeiro para a desestatização e a aquisição de empresas de capital nacional; aumento da importação de bens de consumo e de insumos básicos, com efeitos catastróficos sobre os parques produtivos nacionais.

Os gastos com serviços de utilidade pública só poderão aumentar, com uma reforma no sistema tributário do país, o que também requer que a economia não esteja estagnada. Segundo Prebisch, in Bielchowsky p. 24:

(...) todas essas mudanças são impensáveis numa economia estagnada. Portanto, a escolha entre desenvolvimento econômico e estabilização monetária corresponde, na verdade, a um falso dilema: por um lado, a menos que o sistema seja artificialmente mantido em situação recessiva através de políticas restritivas, as forças inflacionárias latentes sempre emergirão: por outro lado, o desenvolvimento econômico com transformações estruturais é a única solução possível de longo prazo para a inflação.

Mas o que presenciamos é uma ação governamental voltada para garantir as necessidades da acumulação privada mais do que para a implementação de uma estrutura de bem-estar-social causando uma insustentabilidade do modelo de financiamento do crescimento, baseado no fluxo de capitais externos.

A questão é se o governo poderia ou não prever as conseqüências do *milagre*, e o que poderia ter sido feito para ponderá-las. É difícil planejar o crescimento de uma economia para os próximos dez ou vinte anos, principalmente para o setor privado, sendo esta, portanto limitada à capacidade de planejamento da infra-estrutura e serviços que serão demandados, assim como a definição do nível de preço no futuro. O que fica bem claro para os estruturalistas é que a economia

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número II Jul-dez 2010	Trabalho 04 Páginas 53-76
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

convive com problemas estruturais permanentes e crônicos; isso leva a expor como solução à modernização do país para eliminação da recessão, pois acreditam que a inflação desaparecerá algum tempo depois dessas reformas de base.

3.3 – Modelo Institucionalista

A espiral inflacionária é a responsável pela distribuição e concentração de renda, causa básica da inflação. O combate à inflação se dá a partir da idéia de um *pacto social com credibilidade* que nem sempre precisa se fazer acompanhar de violência na sua implantação, ou seja, um acordo é formulado com os principais grupos econômicos, para restringirem suas exigências de aumentos compatíveis com suas rendas.

Os aumentos salariais devem ser mantidos dentro do que possa conceder sem forçar a alta dos preços (o que não pode ser efetivamente cumprido por causa da reação dos sindicatos, principalmente na década de oitenta) e ainda uma política paralela para as grandes empresas, para que não se aproveitem das restrições aos salários enquanto permite que aumento de custos seja repassado adiante. Estas conciliações devem ser administradas pelos órgãos governamentais e, após conseguir o consenso, o governo deve dotar de poder para impor o resultado. Esta posição é oferecida como solução a partir da constatação da falência da economia tradicional no que se refere ao combate à inflação (Galbraith, in Mattos, 1987, p117).

Colocar esta proposta em prática implica convencer *parceiros sociais* a colaborarem com o governo em prol da economia como um todo, não permitindo dúvidas ao comprometimento dos *parceiros sociais*, isto é, apostar em uma prova de confiança extrema, onde nenhum parceiro poderá sair perdendo. O governo conseguiria não lesar nenhum *parceiro* no que diz respeito à divisão da renda nacional, uma vez que os salários reais e os preços terão que ser os mesmos, visto salários nominais e preços nominais diminuírem todos na mesma proporção. Os adeptos a este modelo demonstram aplicações bem sucedidas como na Alemanha, Países Baixos, Suécia.

3.4 – Modelo Inercialista

O ajuste de 1981/1983 foi eficiente para resolver o problema da balança de pagamentos, mas não teve sucesso no combate à inflação. Foi neste momento que começaram a fortalecer a teoria da inflação inercial. Mas vários autores tratam inflação inercial com uma teoria pura e, sim, como um subproduto das demais teorias.

A inflação inercial é um subproduto da indexação, porque só existe inflação inercial em países onde há indexação. Com ela pode-se prever a inflação e planejar também a inflação futura. Portanto, o reajuste de preços se transforma em necessidade uma vez que ninguém quer ficar atrás. Se a credibilidade volta, a inflação desaparece. (Furtado in Abreu, 1999 p. 82).

Os agentes econômicos tendiam a cogitar para o futuro o comportamento do governo em manter hábitos de financiamento inflacionário. Isto era meramente a perspectiva do futuro e não a correção monetária ou qualquer outro dispositivo causando a inflação do período.

A indexação pode ser formal: uma variável da economia como emprego, renda, salários são indexados a um determinado índice econômico; informal: quando não existe nada oficial, afirmando que isto ou aquilo vai acontecer na economia (Rangel, 1987).

Quando dizem “inflação inercial” parece remeter o leitor à imaginar um patamar inflacionário que se manterá estacionado, mesmo que em níveis elevados, mas como pode observar em Rangel e Furtado, a inflação inercial, antes pelo contrário, tende a manter taxas crescentes.

Os agentes econômicos, num primeiro momento, tendem a ajustar seus preços de acordo com a variação de seus custos - inflação estável - variando somente os preços relativos. Em um segundo momento os agentes econômicos tendem a reajustar seus preços pela taxa de inflação ou pelo aumento de custo somente quando este for maior que a taxa de inflação.(início do processo inflacionário). Finalmente, ao observarem o êxito de certos setores que reajustaram

seus preços acima da média, as taxas de reajuste das empresas começam a ultrapassar as taxas de inflação.

3.5 – O Pensamento de Ignácio Rangel

A interpretação de Inácio Rangel sobre as causas da inflação e crise econômica brasileira foi feita de forma independente e divergente das correntes de pensamento que debatiam a questão. Contestava o planejamento de investimento e conclusão de algumas teorias que dominavam a discussão sobre o processo inflacionário brasileiro:

Inverter os termos do problema, considerar primeiro os meios e modos e expandir o produto físico nacional e subordinar o tratamento dos problemas financeiros à decisiva questão da mobilização da capacidade ociosa, e que na eficácia das soluções monetárias afere-se, afinal pelo efeito real. (Rangel 1963, p. 37).

Ao fazer esta afirmação Rangel estava preocupado com a conjuntura recessiva em que se encontrava o país principalmente as altas taxas de inflação e geração de capacidade ociosa no sistema produtivo. A capacidade ociosa na economia brasileira está relacionada com o crescente grau de exploração da economia brasileira, o que gera um subconsumo. Esta exploração se dá devido à grande parte da população, com sua força de trabalho marginalizada da economia de mercado, principalmente pela crise agrária, o que proporciona a exploração via pressão negativa nos salários. Com isso surge uma insuficiência generalizada da demanda de bens de consumo.

Mesmo a legislação trabalhista e o emprego público não são capazes de resolver o problema da exploração, apenas amenizar. Mas,

(...) mesmo assim, à parte das mais-valias que permanecem em poder dos capitalistas e proprietários é não apenas excessiva, mas tendente a tornar-se mais excessiva ainda, à medida que aumenta produtividade do trabalho, sem paralela elevação dos salários. (Rangel, 1978, p 55 in Bielschowsky, p 232)

Portanto, segundo o autor, interpretações em que a inflação e a crise são vistas como frutos de insuficiência de poupança e excesso de demanda estão

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número II Jul-dez 2010	Trabalho 04 Páginas 53-76
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

equivocadas. O problema está no descompasso entre as forças produtivas e as relações de produção:

O Brasil é, com efeito, um país de estrutura agrária arcaica e de distribuição altamente desigual de renda. Seria, assim, espantoso que sua propensão média a consumir fosse elevada, e isso não é verdade. Se a poupança - mera rubrica sob a qual contabilizamos o valor das inversões em determinado período - declina, por vezes, é porque desaparecem as oportunidades de inversão, declina a taxa de formação de capital e, em consequência, a renda diminui, deixando que se acumule abundantemente capacidade ociosa no sistema. (Rangel, in Bielschowsky p 232)

Por isso a crítica aos modelos monetarista e estruturalista quanto à interpretação sobre o fenômeno da inflação, onde o equívoco básico de não perceber a natureza da situação recessiva por que passava a economia do país. Ambas as teorias enfatizavam insuficiência de poupança ou escassez de capital, sendo que a interpretação estruturalista teria, sobre a monetarista, a virtude de buscar na estrutura produtiva as causas da inflação. Mas, peca ao considerar que o crescimento econômico é incompatível com a estabilização, em função da existência de um estrangulamento externo e de estrangulamentos setoriais, incidindo no erro fundamental dos monetaristas, ou seja, presumir inelasticidade de oferta na economia do país.

Rangel também é contrário à idéia de que o país precisava de capitais estrangeiros para suprir a poupança interna e as divisas para importação de equipamentos e matérias-primas, quando a função verdadeira desses empréstimos era dar condições de competitividade aos produtos estrangeiros em detrimento da indústria pesada doméstica.

Agora, quanto à inflação, tinha sua origem na comercialização dos produtos agrícolas para o mercado interno, onde havia uma grande capacidade de manipular a oferta e os preços agrícolas por parte dos intermediários. Isso porque sua composição de agentes oligopsonistas/oligopolistas acabam por organizar-se como se fossem monopolistas e valendo-se da baixa elasticidade-preço e renda da demanda pelos produtos agrícolas e da elasticidade-preço da oferta dos mesmos, manipulavam os preços ao produtor, desorganizando a produção e tornando-a escassa, e, aproveitando da inelasticidade da demanda para impor ao consumidor

preços extorsivos, sempre em alta, arrastando-se em todo o sistema nacional de preços.

Esta distorção na formação dos preços dos produtos agrícolas resultaria em inflação generalizada porque para compensar a elevação no preço dos alimentos, o consumidor é obrigado a reduzir o consumo de outros bens. Então

Certos ramos da produção serão surpreendidos por uma diminuição da procura de seus bens, rompendo-se o equilíbrio econômico-financeiro das empresas interessadas... que passam a exercer pressão sobre o sistema bancário, obrigando-o a transmitir o impulso ao sistema emissor, isto é, ao próprio Estado. (Rangel, 1978, p. 85 in Bielschowsky p. 235)

A estrutura oligopolista da grande indústria brasileira, a inexistência de controle estatal dos serviços de utilidade pública e a instabilidade cambial também contribuem para a alta disseminada dos preços na economia. Portanto, Rangel também chega à conclusão de que a inflação brasileira tem sua origem na estrutura produtiva brasileira e nas suas relações de propriedade, e não na emissão monetária, que estaria causando inflação no país, segundo os monetaristas. A emissão segundo Rangel, *“não é o ponto de partida da inflação, mas seu ponto de chegada, sua culminação”*.

A partir da análise do processo inflacionário em um momento em que a economia passava por uma recessão, conclui-se que a inflação deveria ser combatida apenas em uma fase seguinte, ou seja, em uma fase expansiva. Isto porque, em um contexto recessivo, a inflação passa a desempenhar um papel importante, quando provoca uma “corrida aos bens materiais”, ou seja, há uma diminuição da preferência pela liquidez, uma parcela da população em vez de conservar recursos em forma monetária, passa a ser aplicar em ativos imobilizados, embora sem nenhuma necessidade real.

A solução definitiva para a crise, segundo Rangel, residia, na aplicação de capitais nos setores “retardatários” da economia, ou seja, nos serviços de utilidade pública, como eletricidade, rede de água e esgotos, transporte ferroviário e marítimo, infra-estrutura portuária e de armazenagem, comunicações urbanas e interurbanas etc, bem como na grande siderurgia e nas atividades de suprimento de combustíveis líquidos, sólidos e gasosos. (Bielschowsky 2000 p 236)

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número II Jul-dez 2010	Trabalho 04 Páginas 53-76
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

Os investimentos representam emprego de mão-de-obra excedente e aquisição de bens produzidos por indústrias em que abundavam capacidade ociosa. O capital para o investimento seria a transferido dos setores superavitários para os deficitários, consistindo na grande oportunidade de aplicação para os excedentes reais e potenciais que se gerariam nas atividades em crise.

4 – PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO, INFLAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CUSTOS SOCIAIS.

A década de 80 até início da década de 90, o Brasil viveu uma das mais longas, profundas e complexas crises da história, vários indicadores econômicos mostram que o crescimento do PIB se comparado com períodos anteriores, foi irrisório.

Analisando o crescimento econômico nos anos anteriores a 1980 (arrastado principalmente pela expansão da indústria e dos serviços) apresentou taxas anuais médias de crescimento superiores a 9% aa. Já no período 1981- 1992, o PIB global cresceu apenas 1,3% ao ano, em média, enquanto a população apresentou uma taxa anual média de crescimento de 1,93%. A indústria simplesmente estagnou (crescimento médio zero), ou seja, em 1992 a produção industrial brasileira foi equivalente à de 1980, enquanto a população aumentou em 28 milhões de habitantes. A interrupção no crescimento industrial atingiu toda a economia, com reflexos negativos no nível de emprego e dos salários e na própria arrecadação de tributos.

A redução acentuada do ritmo de crescimento da economia esteve caracterizada por uma situação prolongada de estagnação e recessão; processo inflacionário crônico e ascendente, tendendo ao descontrole; elevadas dívidas externa e interna, suspensão de créditos externos; baixo índice de investimento nos setores produtivos; aumento de nível de desemprego; concentração da riqueza; economia altamente oligopolizada etc e, ainda, um Estado ineficiente, incapaz de resolver problemas estruturais da economia.

As altas taxas de inflação, por outro lado, refletiam o descontrole da economia e das finanças públicas, resultando em uma fase de acentuada degradação da capacidade operacional dos empreendimentos econômicos e dos serviços públicos e de penalidades para a sociedade, sobretudo os assalariados.

Outro problema colocado pelos estruturalistas e confirmado no período em análise foi a posição que o Brasil veio a ocupar como um dos países de renda mais mal distribuída do mundo. Apesar de seu potencial econômico, décadas de políticas econômicas elitistas, subvalorização do trabalho e serviços públicos ineficientes, na área social promoveram uma enorme concentração do poder e da riqueza conforme tabela 3.

Evolução da Distribuição de Renda, por Faixas Econômicas da População 1981-1990. Em %. Brasil.				
Grupos	1981	1983	1986	1990
10% mais pobres	0,9	1,0	1,0	0,8
50% mais pobres	14,5	13,4	16,2	12,6
40% intermediários	40,6	40,4	36,5	39,3
10% mais ricos	44,9	46,2	47,3	48,1
1% mais rico	12,1	13,3	14,0	13,9

Distribuição de Renda. Fonte: Brum, 1998, p. 423.

Uma relativa melhoria pode ser observada na faixa de renda dos 50% mais pobres, apenas no ano de 1986, por força do caráter distributivo do Plano Cruzado. Todavia, manteve-se a característica concentradora, já que os 10% mais ricos também aumentaram sua participação na renda Global. A pequena melhoria dos 50% mais pobres deu-se às custas da parcela intermediária da população, que teve sua participação reduzida em 1986. Com o fracasso do plano Cruzado, voltou a recompor –se o desequilíbrio de renda anterior (Brum, 1998, p 423).

A eleição presidencial de 1989 renovou as esperanças, que foram quase imediatamente frustradas com um esquema de corrupção montado dentro e em torno do governo. Apesar do fracasso de tantas tentativas para enfrentar problemas básicos como inflação, distribuição de renda e dívidas interna e externa e com esgotamento do projeto de desenvolvimento e a falta de um novo projeto nacional,

que na década de 80 foi substituído por um projeto de estabilidade econômica, o processo fracassou.

O combate efetivo à inflação só foi retomado com o Plano Real em final de 1993. Partindo do pressuposto de que a causa principal da crise brasileira era o processo inflacionário crônico, a causa básica da inflação era desordem financeira e administrativa do setor público, inflação de custos e de demanda e a especulação alimentada pela indexação foram implementadas, desde o início do plano, políticas de controle sobre o dinheiro à disposição dos agentes econômicos e da população em geral e, para sustentar o valor da moeda, foi promovido um aperto, tanto no volume de dinheiro em circulação quanto no crédito, além de taxas de juros elevadas.

Estas medidas foram eficientes no controle da inflação que em 1993 alcançava 2.708,5% e em 1996 caíra para 9,34% aa (BACEN, in Brum, 1998 p 500), mas os juros altos fizeram a dívida pública interna explodir, e juntamente com o crédito escasso, dificultaram os agentes econômicos – especialmente micro, pequenas e médias empresas e produtores rurais – nos investimentos, provocando falências e desemprego.

As medidas de maior profundidade que a população esperava não aconteceram. Nenhum programa no sentido de reconstrução da indústria nacional, apoio à agricultura e a pecuária e marketing externo para melhorar as exportações, nada foi feito. O que surgiu foi um programa de privatização que se estende até os dias atuais, muito discutido e criticado pelo modo como foi realizado. Foram transferidos a grupos estrangeiros o controle de setores considerados estratégicos, como mineração, elétrico, e ainda são questionados os impactos sociais destas privatizações como o desemprego, o meio ambiente etc.

Como a inflação foi controlada e apesar de todos os custos sociais (riqueza e renda excessivamente concentradas; pobreza, violência) que estamos sofrendo em nome do controle inflacionário e da estabilidade, o Brasil ainda possui uma significativa estrutura produtiva que, com a estagnação da economia, não consegue promover desenvolvimento.

A sensação é que as políticas que conduzem o país, principalmente nos últimos dez anos, não são imprescindíveis ou as únicas para impedir a inflação e assegurar a estabilidade como afirma o governo, mas manter um modelo que sustenta o valor da moeda à custa de taxas irrisórias de crescimento; e eliminação de inúmeros postos de trabalho, com grande vulnerabilidade externa; a desnacionalização acelerada da economia. Existem outras maneiras de enfrentar os problemas, mas será que o atual governo ousará tentar solucionar os problemas estruturais atuais. Resta esperar a construção de um novo modelo de desenvolvimento, que consiga conciliar estabilidade e desenvolvimento e a solução de problemas sociais.

5 – CONCLUSÃO

Apesar da ênfase do governo à política econômica voltada para o combate à inflação, a taxa de inflação quadruplicou entre o início de 1985 e o final do ano de 1988. Após o fracasso dos programas de estabilização, a taxa de inflação do segundo semestre de 1989 retornou a níveis que foram considerados como hiperinflação, cerca de 1000% ao ano.

Os planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor não produziram mais que um represamento temporário da inflação, uma vez que não foram solucionados quaisquer dos conflitos distributivos de renda ou atacados os focos de pressão inflacionária a médio prazo. Não se cogitou nem em reduzir as transferências de recursos reais para o exterior.

O desequilíbrio das contas do governo se agravou. A política monetária foi predominantemente acomodada. O setor empresarial passou a se defender com maior eficácia de quaisquer defasagens, de ameaças de defasagem, dos preços em relação aos custos. E os trabalhadores manifestaram, com veemência crescente, sua insatisfação quanto ao poder de compra dos salários. Assim, restou ao governo apenas promover desindexação e, em seguida, administrar as inevitáveis acelerações da inflação.

Os choques, porém, têm se mostrado tão cruéis quanto os efeitos da inflação que pretendiam eliminar. Os sucessivos congelamentos perdem sua eficácia como instrumento de combate à inflação, tornando-se cada vez menos abrangentes, mais curtos no tempo e, ainda, com a ameaça ou consolidação de uma nova escalada inflacionária, os agentes econômicos procuram defender suas participações na renda, aumentando suas remunerações e praticando reajustes freqüentes, o que estimula a inflação e torna o novo choque inevitável. Em última instância, bruscas variações das taxas de inflação nos ciclos “congelamento / flexibilização” provocassem concentração de renda, aumento da incerteza, hoje acabam tendo reflexos negativos sobre as decisões de investimento, afetando o lado real da economia.

Quanto ao Plano Real, pode se dizer que foi bem sucedido em baixar e manter baixa a taxa de inflação, mas junto com esta estabilidade vêm os aspectos problemáticos do plano, valorização da taxa de câmbio, a política monetária, e o fato de ainda não ter sido bem sucedido em produzir uma tendência econômica onde o controle inflacionário seja compatível com o crescimento econômico sustentado e um certo equilíbrio externo.

Podemos dizer também que o Plano Real foi baseado no controle sobre o volume de moeda em circulação, na desindexação e na estabilidade cambial. O plano encontrou condições mais favoráveis que os planos anteriores, posto que as reservas cambiais alcançaram U\$\$ 40 bilhões em junho de 1994. Reservas maiores permitem ao governo intervir no mercado para forçar uma baixa na taxa de câmbio, caso ocorra movimento especulativo.

O Plano foi precedido de duas etapas: em fevereiro de 1994 o congresso aprovou o Fundo Social de Emergência, que retém parte da receita fiscal para projetos considerados prioritários, sem recorrer à emissão de moeda e em primeiro de março foi lançada a URV (Unidade Real de Valor), indexador transitório atrelado ao dólar, que preparou o terreno para a troca de moeda.

O Plano Real foi o único dos planos econômicos a preparar o fim da indexação, proibindo o repasse automático da correção monetária em período inferior a um ano. Outra medida importante do Plano é a que prevê metas fixas para

a emissão de dinheiro. O Banco Central fica impedido de financiar o tesouro. Para cada Real emitido deve existir U\$\$1 depositado em uma conta especial do Banco Central, chamada de Reservas Internacionais Vinculadas. Essa conta é abastecida por uma parcela de reservas internacionais, que, a partir de então, ficam indisponíveis. O nível dessas reservas depende dos mecanismos governamentais de controle de câmbio e dos preços.

As principais tarefas, apontadas por alguns economistas, são a elevação da taxa de poupança doméstica e a promoção do crescimento exportador. E os ingredientes essenciais seriam as reformas do setor público e da seguridade social, a privatização dos serviços de infra-estrutura e os ganhos de produtividade oriundos da crescente abertura da economia brasileira.

A estabilização obtida pelo Plano pode ser o início de um novo ciclo de crescimento da economia brasileira. Porém em todos os ciclos que marcaram o desenvolvimento brasileiro, cana de açúcar – ouro – café - substituição de importações e substituição de importações ampliada, os problemas de concentração de renda, desemprego e exclusão social foram deixados de lado ou mesmo agravados. No entanto, esse novo ciclo tem apresentado uma ameaça maior de exclusão social e de desemprego que os ciclos anteriores.

Sendo assim, a trégua propiciada com o Plano Real precisa ser utilizada para implementar políticas sociais compensatórias efetivas e bem sucedidas, a fim de evitar que este Plano não seja apenas um período de calma inflacionária que antecede momentos de dificuldade maiores para a sociedade brasileira.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, Edmar L. *O Plano Real: uma avaliação*. In Mercadante, Aloizio (org). *O Brasil pós Real: a política econômica em debate*. Campinas, SP: Unicamp, 1998. p. 11-70.

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luiz F. L. e REGO, José Marcio. *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo. 34, 1997.

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número II Jul-dez 2010	Trabalho 04 Páginas 53-76
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

- BIELCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro – O Ciclo Ideológico do desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Contraponto, 1995.
- BRUM, Argemiro. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- DELFIM NETTO, Antônio. *O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico*. In Mercadante, Aloizio (org.) op cit. Campinas, SP: Unicamp, 1998. P. 89-100.
- KANDIR, Antonio. *A Dinâmica da Inflação*. São Paulo: Nobel, 1990.
- KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. 2ª ed. Cultural, 1985.
- LOPES, João do Carmo. *Economia Monetária*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- MATTOS, Antônio Carlos Marques. *A Inflação Brasileira - Uma abordagem prática antes e depois do Choque*. Rio de Janeiro: Vozes 1990.
- MESSEMBERG, Roberto. *O Heterodoxo e o Pós Moderno: o Cruzado em conflito*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MODIANO, Eduardo e CARNEIRO, Dionísio Dias. *Ajuste externo e desequilíbrio interno*. In Abreu, Marcelo de Paiva (org.). *A Ordem do Progresso – Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 323-346.
- MODIANO, Eduardo. *A Ópera dos Três Cruzados: 1985-1989*. In ABREU, Marcelo de Paiva (org.). Op cit. Rio de Janeiro: Campus, 1990. pp 347-387.
- PAUL, Singer. *Guia da Inflação Para o Povo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990, 15º ed.
- RANGEL, Ignácio. *A Inflação Brasileira*. São Paulo: Bial, 1986 – 5. Ed.
- RANGEL, Ignácio. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Bial, 1987.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*. São Paulo. Best Seller, 1994.
- SAYAD, João. *Observações sobre o Plano Real*. In Mercadante, Aloizio (org) op cit. Campinas, SP: Unicamp, 1998. p. 71-88.